

PROGESTÃO

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas



Ministério do
Meio Ambiente



Resposta dos Estados aos Roteiros Dirigidos - SÍNTESE

Roteiro 1: VISÃO GERAL DO PROGRAMA

Na sua opinião, a realização das oficinas de planejamento e acompanhamento coordenadas pela ANA auxiliam no cumprimento de metas pelo estado? Alguma sugestão para aperfeiçoar este procedimento?

AL Sim. A troca de experiências, não só com a ANA mas também com outros Estados, enriquece o conhecimento das equipes.

Não. Entendemos que essa própria experiência, dentro dos critérios aplicados pela ANA, atende às necessidades do Estado.

GO As oficinas facilitam e auxiliam no cumprimento das metas.

O acompanhamento e apoio dos técnicos foi fundamental para o atingimento das metas.

Possibilidade de mais reuniões para acompanhamento da execução das metas.

MT Sim, funciona como um diagnóstico para verificar o andamento das metas pelo Estado, identificando os pontos que necessitam de maior atenção.

Promove uma discussão de como será a ação a ser realizada pelo Estado visando cumprir as metas.

Há uma identificação de responsáveis e atribuições que leva a colaboração da equipe e não causa sobrecarga a ninguém. Não há sugestão para aperfeiçoamento.

PB É fundamental o acompanhamento conjunto da realização das metas pela ANA e AESA, por meio de reuniões e vídeo conferências para o ajuste da realização das metas, que antecede ao período de certificação.

PI Sim, com certeza. Na verdade, em um Estado como o nosso, onde não formamos profissionais na área, as oficinas e cursos de capacitação oferecidos pela ANA são de suma importância.

PR Sim.

RJ Sim.

Aumentar a frequência das oficinas.

RO Quando realizadas, no caso de Rondônia, no ambiente de trabalho dos técnicos (na Sedam), possibilita elucidar dúvidas e resulta em integração e segurança para a equipe; além de identificar possíveis fragilidades que são sanadas com planejamentos específicos.

Quando realizado junto aos demais Estados há trocas de experiências, de forma a influenciar positivamente, haja vista que existem problemas comuns entre os mesmos.

SE Sim.

Articulações para que seja viabilizada a participação nas oficinas de planejamento do Secretário da pasta e da Assessoria de Planejamento da Secretaria.

E quanto aos procedimentos administrativos adotados para a certificação das metas (Informes Progestão, e-mails, reuniões)? São suficientes e adequados? Alguma sugestão?

- AL** Sim. De uma maneira geral, os procedimentos adotados pela ANA são satisfatórios, à exceção do sistema de monitoramento da qualidade de transmissão dos dados hidrometeorológicos (GESTOR PCD), por ter apresentado algumas falhas de acompanhamento, atrapalhando o real cumprimento da meta.
O Informe referente à Meta de Águas Subterrâneas foi enviado, mas o Estado não pode iniciar os trabalhos para cumprimento da Meta.
Adequação do citado acima.
- GO** Algumas dificuldades de entendimento quanto às metas propostas.
Falta de discussão e articulação com os Estados para definição das Metas - tornando algumas delas inatingíveis pelo Estado, independente do esforço realizado.
- MT** Os Informes Progestão têm muitas vezes uma redação confusa, levando à necessidade de esclarecer com a ANA o que realmente o Estado deve fazer em cada meta.
Ocorreram mudanças nas certificações das metas que levaram a um retrabalho pela equipe responsável (Ex. Inclusão de campos na Planilha do CNARH – 2014, Envio de ofício para os empreendimentos sobre Segurança de Barragens).
- PB** Realização de reuniões com os técnicos (ANA/Órgão Gestor) utilizando também os recursos de vídeo conferência.
É importante ter regras gerais de procedimentos para a certificação, porém há necessidade de se observar as particularidades de cada Estado.
- PI** Sim, pois mostra o interesse da Agência em saber como o órgão gestor está progredindo nas metas e também das dificuldades encontradas. Além disso, o tipo de comunicação estabelecido ajuda a “lembrar” das metas a serem cumpridas.
- PR** Suficientes e adequados.
- RJ** Não, são suficientes. Aplicabilidade imediata e conceitos abertos.
Os procedimentos administrativos para a certificação deveriam ser aplicáveis apenas ao ano seguinte de sua expedição.
- RO** As informações apresentadas nos Informes são esclarecedoras, caso ainda permaneçam dúvidas, as mesmas geralmente foram sanadas via e-mails, ou ligações telefônicas ou reuniões. Os procedimentos adotados foram suficientes, pois são tratados no momento adequado para a resolução do problema específico.
- SE** Sim.

O quadro de pessoal no seu estado é adequado para fazer frente aos desafios colocados para a consecução das metas do Programa? Há previsão de alguma alteração nesta situação?

AL	Não é adequado para a consecução das metas, nem para a adequada gestão dos recursos hídricos. Não há previsão de alteração imediata, a menos de uma tentativa de criação de um órgão executor, que está em avaliação (A3).
GO	Dificuldades para o cumprimento e atingimento das metas. O quadro não é suficiente para fazer frente aos desafios da gestão das águas no Estado, conseqüentemente também não é suficiente para as metas do Progestão. Problemas de articulação com entidades e participantes do Sistema. Ex. Sala de Situação - instalada em outra entidade; dificuldade de acesso; disponibilização de dados; e atingimento das metas do Progestão. Estamos em articulação e apresentação de planejamento e projetos visando à melhoria dos quadros, mas não há previsão de mudança da situação.
MT	O quadro de pessoal é insuficiente, atualmente, para cumprir as metas federativas. Os técnicos da coordenadoria estão tendo que atuar em diversas metas concomitantemente. Não há previsão de aumento do quadro (problemática futura: Segurança de Barragem).
PB	Há uma insuficiência no quadro, mas está em andamento na casa civil do estado um projeto de lei sugerido pela AESA que indica as necessidades do órgão para a realização de concurso público.
PI	Não. Hoje, temos apenas 7 técnicos cuidando da gestão de recursos hídricos, que se dividem para executar todas as competências relacionadas a gestão. Está sendo feito um contrato com uma fundação para contratação de técnicos de modo a aumentar o quadro de funcionários e ajudar nas atividades.
PR	Quadro de pessoal inadequado. Sem concurso público há 27 anos. Sem previsão de contratação.
RJ	Quadro de pessoal bom, mas longe de ser o ideal, frente às atribuições dos órgãos gestores e a variedade de temas contidos no Progestão. Temos um concurso dentro da validade e estamos na expectativa de chamar mais pessoal.
RO	O quadro de pessoal técnico ainda é inadequado, pois faltam ou estão em quantidades que não atendem as demandas das ações específicas de algumas metas: 1.2 – Gestão de Processos; 1.5 - Comitês de Bacias e Organismos Colegiados; 2.1 - Balanço Hídrico; 2.6 - Estudos Especiais de Gestão; 2.7 - Modelos e Sistemas de Suporte a Decisão; 3.5 - Sistema de informações sobre recursos hídricos; 4.1 - Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos; 4.2 - Fiscalização de Recursos Hídricos; 4.4 - Sustentabilidade Financeira; 4.6 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
SE	Não. Não.

E quanto à estrutura física para funcionamento da entidade estadual? É considerada adequada? Alguma previsão ou planejamento para sua melhoria?

AL	A estrutura é considerada regular. Entretanto, alguns setores carecem de melhorias, a exemplo de aumento de espaço físico. Há previsão de ampliação da estrutura física da SEMARH, buscando atender algumas demandas, a exemplo da construção de uma nova Sala de Alerta, com uma sala de reuniões e videoconferência.
GO	A estrutura da área tem condição de atender às demandas, e existe proposta de melhoria para atender às necessidades do sistema de gestão e seus instrumentos.
MT	Não atende às necessidades, pois não há padronização das estações de trabalho, estrutura de lógica de elétrica precária, e equipamentos obsoletos. Mas está prevista uma melhoria na mesma com a utilização do recurso do Progestão, com alteração do layout e compra de móveis, já em fase de licitação (caso dos computadores).
PB	A estrutura hoje não é adequada. Solicitamos à Secretaria de Administração um prédio que está sem uso, patrimônio do Estado e que pode, com uma boa reforma, abrigar as estruturas do órgão gestor.
PI	A estrutura está aquém do que seria considerada adequada. Entretanto, foi feito um projeto de reforma para melhorar as instalações. No momento, estamos em fase de pesquisa de preço para fazer a licitação.
PR	Inadequada. Há previsão de algumas reformas físicas para 2016.
RJ	Sim, o INEA conta com boas instalações, no entanto algumas de nossas unidades descentralizadas estão em más condições físicas ou são pequenas para suportar o tamanho das equipes.
RO	A estrutura física para o funcionamento da gestão de recursos hídricos não está concentrada em um só local. Ainda é um entrave que está sendo resolvido, não se concretizou devido a encaminhamentos burocráticos.
SE	Não. No aguardo da aquisição de equipamentos e mobiliário com recursos do Progestão.

Considera adequado o aporte de recursos financeiros destinados ao Programa (5 parcelas de R\$ 750 mil)?

AL	Sim.
GO	O valor é significativo para o Estado.
MT	Pela capacidade atual do Estado para a aplicação do Recurso é adequado. Porém devido ao tamanho do Estado e as necessidades de implementação dos instrumentos e projetos elencados no Plano Estadual seria adequado parcelas maiores.
PB	Os recursos financeiros do Progestão são de grande valia para dotarem os órgãos gestores de estrutura mínima, no entanto, sugerimos que o programa se estenda para que os órgãos estaduais façam parte efetivamente e definitivamente do SINGREH.
PI	Quando às gestões anteriores, não temos condições de avaliar. Quanto ao quadro atual, não há dúvida de que tais recurso são indispensáveis para a infraestrutura física e de pessoal.
PR	Embora o AGUASPARANÁ tenha tido dificuldades na aplicação destes recursos, entendemos que poderia ser um valor mais elevado. Anteriormente o repasse só para monitoramento era de 1 milhão/ano, embora atualmente a ANA nos repassa os equipamentos.
RJ	A distribuição do recurso no programa não deveria ser igualitária para todos os órgãos gestores, mas sim de forma isonômica buscando adequar os valores distribuídos entres esses entes, ou seja, a sugestão é tratar de forma diferente aqueles que assim o são, ainda que estejam na mesma categoria.
RO	No momento, os recursos estão sendo suficientes, pois a SEDAM, ainda está organizando o estabelecimento de uma equipe técnica e administrativa. Entretanto, para solucionar os problemas de gestão são demandados recursos financeiros ainda mais vultosos.
SE	Sim.

No seu estado, estes recursos impactam significativamente em relação ao orçamento para a gestão de recursos hídricos estadual?

AL	Sim.
GO	Sim. Considerando que o custo estimado anual de manutenção da área de gestão de recursos hídricos é em torno de R\$ 1,2 milhões.
MT	Tem um grande impacto, chegando aproximadamente a 50% do orçamento.
PB	Os recursos do Progestão vêm possibilitando ao Estado as ações de gestão no momento mais crucial da estiagem que passa a Paraíba.
PI	Sim, uma que, por não fazermos a gestão dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, essa é a única fonte significativa para contratação de especialistas, melhorias da estrutura física e aquisição de material destinado à execução dos projetos da área.
PR	Atualmente representam 10% do valor aportado ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
RJ	Não.
RO	Os recursos impactam as atividades da área de recursos hídricos, pois antes do Progestão a SEDAM não apresentava recursos direcionados para a gestão estadual de recursos hídricos.
SE	Não.

Quais os desafios para a aplicação dos recursos do Progestão no estado?

AL	Conseguir manter o planejamento visando à definição da aplicação dos recursos do Progestão. Desburocratizar a aplicação dos recursos frente as exigências da Procuradoria Geral do Estado.
GO	Dificuldades com áreas jurídicas e políticas para entendimento da forma de repasse e possibilidade de aplicação dos recursos. Planejamento para melhor utilização dos recursos - pontos de "estrangulamento" da gestão, que dificultam o avanço: outorga, comitês, planos e capacitação.
MT	Burocracia para aquisição de equipamentos e serviços e impossibilidade jurídica para a contratação de pessoal.
PB	A aplicação de recursos públicos está sempre protegida de legislação específica, além disso, a adoção de sistemas administrativos operacionais burocratiza a agilidade na efetivação das ações.
PI	Formação de quadro de pessoal capaz de formular e executar políticas de gestão de recursos hídricos.
PR	Inicialmente se pensou em contratação de 5 técnicos, por meio de empresas, o que legalmente não foi possível. Atualmente este recurso está sendo direcionado para contratação de consultoria de apoio, especialmente na área de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.
RJ	Pessoal mínimo, concentração de demandas, tempo de debate até a aprovação.
RO	Quadro de Pessoal Técnico Administrativo específico na área de gestão dos recursos hídricos.
SE	Entraves burocráticos para utilização dos recursos (licitação, etc.).

O envolvimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos na aprovação das metas estaduais tem sido satisfatório? Há avanços necessários neste aspecto? Alguma sugestão?

AL	Sim. Houve a criação de uma comissão para acompanhamento da aplicação dos recursos do Progestão.
GO	Dificuldades com a reestruturação do Sistema. Sim. Tem atuado e se envolvido na avaliação. Maior envolvimento das representações.
MT	O envolvimento é adequado, eles acompanham o cumprimento das metas e auxiliam na definição da aplicação do recurso.
PB	O Conselho Estadual é um parceiro no sistema que muito contribui para a implementação das metas de gestão.
PI	Por pressão do programa, o CERH-PI tem se mantido mais atuante na gestão, mas em um Estado que carece de uma gestão mínima de recursos hídricos, a primeira meta é conseguir cumprir o mínimo de reuniões exigidas pelo regulamento. Temos buscado informar o Conselho de todas as atividades que a SEMAR-PI realiza no âmbito dos recursos hídricos.
PR	Sim.
RJ	Sim, o CERHI-RJ participa na aprovação do relatório e ainda na aprovação dos projetos que irão utilizar tais recursos. Ainda é necessário um aprofundamento pelos membros do CERHI-RJ das informações técnicas levantadas pelo Progestão. A sugestão é menos metas, e que elas sejam mais desafiantes e objetivas.
RO	Houve envolvimento e participação do Conselho na aprovação das metas, o resultado foi satisfatório. Houve avanços no processo de discussão, quando passou a ocorrer a participação mais efetiva do Secretário da SEDAM.
SE	Medianamente satisfatório. Estabelecer um acompanhamento sistemático e contínuo das metas estaduais estabelecidas no Progestão.

Informar se os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos se somam ao do Progestão e a outros para garantir a sustentabilidade financeira da gestão estadual de recursos hídricos.

AL	Sim.
GO	Sim. Fundo de Meio Ambiente - Conta Especial de Recursos Hídricos: recursos financeiros para o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos – despesas e investimento. Os recursos escassos: taxas de outorga. Recursos do Progestão são significativos para o Estado.
MT	Mato Grosso não conta com um Fundo Estadual específico para recursos hídricos, mas dispõe de recursos no orçamento do Estado para atividades de rotina (quando não contingenciado).
PB	Os recursos do FERH somam-se a outros para a gestão, embora os valores repassados não estejam de acordo com o que fora estabelecido na sua criação.
PI	Não. A SEMAR-PI não detém a gestão sobre o FERH, ficando os recursos desse a cargo do Estado decidir como e onde será utilizado.
PR	Sim, embora não garantam a sustentabilidade financeira do Instituto.
RJ	Para responder a essa pergunta é necessário primeiro uma definição conceitual de sustentabilidade financeira da gestão. No caso do RJ os recursos não se misturam, mas ambos buscam o fortalecimento do SINGERH.
RO	A gestão de recursos hídricos não utiliza recursos do Fundo, pois o mesmo ainda está em fase de elaboração do regimento interno do Conselho Orientador e regulamentação da aplicação dos recursos.
SE	SIM. Acrescenta-se ao FUNERH e ao PROGESTÃO, os recursos financeiros oriundos do Programa Águas de Sergipe, em parceria com o Banco Mundial.

Apresentar opinião geral sobre o Progestão que considerar pertinente.

- AL** Entendemos que o Progestão se apresenta como fundamental para a implementação da política estadual de recursos hídricos em Alagoas.
O aporte de recursos da ANA, para o Estado de Alagoas, face às suas demandas e porte, é visto como primordial nesse processo.
A aplicação dos recursos financeiros permitiu a contratação em 2015 de uma equipe que prioriza a realização de atividades visando atender tanto as Metas Federativas, quanto as Estaduais.
- GO** Apoio à evolução dos sistemas de gestão: componentes e instrumentos.
Necessidade de maior discussão com os estados das metas a serem atingidas.
Necessidade de continuidade do Programa. Importância de Programa de apoio aos Comitês.
- MT** Ótimo programa para o Estado, porque viabiliza o avanço na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.
O Progestão traz aporte de recurso e visibilidade ao setor de recursos hídricos, que em MT disputa espaço, pessoal e recurso com o meio ambiente.
- PB** A principal contribuição do Progestão foi a possibilidade do Estado realizar ações de gestão de recursos hídricos, fundamentais para a garantia hídrica mínima.
Flexibilidade no cumprimento de metas considerando as diferenças regionais.
Prorrogação do programa. Reavaliação das razões de punibilidade.
Discricionariedade em cláusula contratual para que o gestor possa gratificar aqueles envolvidos diretamente na execução do programa sem que discrepância salarial promova diferenças entre contratados e comissionados.
- PI** O programa se tornou essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de gestão de recursos hídricos do Estado do Piauí.
As metas nos traçam um caminho bem definido de onde temos de chegar.
- PR** O Programa tem sido relevante no sentido de incentivar os Estados no cumprimento das Metas, tendo em vista ser um Programa de incentivo financeiro, de pagamento por resultados. Também entendemos salutar essa integração da ANA com os diversos estados da Federação no sentido de fortalecer e descentralizar a gestão das águas.
- RJ** Conceitos subjetivos abertos;
Grande número de metas;
Análise quantitativa, muito voltada para o órgão gestor;
Muito burocrático e processual na verificação das metas.
- RO** Não cumprimento das metas no 3º período de avaliação do Progestão 2014.
Autoavaliação da meta 3.2 realizada no nível 4 - Transferência das cláusulas do contrato da meta 3.2, do nível 3 para o nível 2 (exigência mínima), no qual o contrato estabelece que existe cadastro de usuários (< 20% do universo de usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infraestrutura hídrica.
Autoavaliação da meta 4.1 realizada no nível 4 - Transferência das cláusulas do contrato da meta 4.1 para o nível 3 (exigência mínima), em que a emissão de outorga de direito de uso dos recursos hídricos para captação de água, bem como para lançamento de efluentes, deverá ter outorgado até 15% do universo de usuários. Nesse nível qualquer quantidade de outorga cadastrada no CNARH, abaixo de 15% do universo de usuários, é estabelecida o cumprimento da meta.
- SE** Excelente estratégia de repasse de recursos da ANA para o ente estadual, sem burocracia, sem prestação de contas e fortalecendo indiretamente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
Deveria haver uma meta no Progestão que considere a capacidade do Estado em utilizar os recursos repassados.

Roteiro 2: METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

Dentre as metas de cooperação federativa (CNARH; Água subterrânea; Conjuntura; PCDs – transmissão dos dados; Sala de Situação – produção de boletins e Segurança de barragens) elencar, em ordem decrescente de intensidade, aquelas consideradas de maior desafio para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

- AL** CNARH: Disponibilização de um Sistema que funcione adequadamente, sem apresentar “bugs”, inclusive do ponto de vista de aquisição dos dados inseridos.
PCDs: Falta de peças para reposição (com transmissão GOES) que pode comprometer o ITD e formalização de convênios/parcerias para geração de modelos.
Segurança de barragens: Obtenção de informações de projeto das barragens que, historicamente, não são realizados no Estado. Fazer com que os empreendedores tenham consciência do seu papel.
Água subterrânea: Definição de parâmetros a serem incorporados ao CNARH.
- GO** Segurança de barragens: Dificuldade de conhecimento técnico para a execução das atividades ligadas à meta, levantamento de dados e classificação.
CNARH: Quantidade de processos. Várias alternativas: terceirização, cadastro on-line, estagiários, planilha. Dificuldade com estabilidade do sistema e problema na remessa e recebimento dos dados.
Sala de Situação: A Sala de Situação está articulada com a Secretaria de Desenvolvimento (SECTEC) responsável pela Rede Hidrometeorológica do Estado. Dificuldade de acesso às informações e de atingimento das metas, uma vez que a área não tem atribuições, envolvimento direto ou priorização pela gestão ou atingimento das metas.
Água subterrânea: Quantidade de processos. Dificuldade de disponibilização de dados, articulação com outras entidades e sistema (SIAGAS) e metas claras por parte da ANA para atendimento da demanda.
Conjuntura: Dificuldade de acesso a dados e informações do Sistema (voltado para o licenciamento ambiental), por não ter todas as informações necessárias. Estamos buscando o desenvolvimento de novo sistema, adequado ao Sistema de Outorga. Dificuldades de acessos às informações sobre qualidade, por estarem sob responsabilidade de outra área, com outras prioridades.
PCDs: A Rede é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento (SECTEC) que tem atendido às demandas e encaminhado as informações de forma adequada.
- MT** Segurança de barragens: Estruturação de equipe com perfil técnico adequado, definição de procedimentos de trabalho e adequação de espaço físico para o setor, articulação política entre recursos hídricos e a política ambiental.
PCDs: Manutenção terceirizada e continuada das estações.
Água subterrânea.
CNARH: Força tarefa da equipe para inserção do passivo no CNARH.
Conjuntura: rotina.
Sala de situação – produção de boletins: rotina.
- PB** Segurança de barragens: Contratação de técnicos capacitados para dar suporte à equipe existente, que é insuficiente.
CNARH: Contratação definitiva do gerente de Tecnologia de Informação – TI (quase um ano que a AESA está sem gerente de TI). Isso dificulta muito a comunicação com essa rotatividade.
PCDs: Agilizar o processo de manutenção e conserto no caso de algum defeito na transmissão de dados.
Água subterrânea: Agilizar a forma de compartilhamento dos dados.
Sala de Situação: Essa meta tem andado de forma satisfatória.
Conjuntura: Essa meta tem andado de forma satisfatória com relação às informações pertinentes a AESA. Quanto às informações de qualidade de água que é de responsabilidade da SUDEMA, a morosidade de repasse das informações tem causado atraso.
- PI** Sala de Situação: Contratação de especialistas na área.
PCDs: Aumentar a rede e ter um técnico para fazer a manutenção nas existentes.
CNARH: Designado um estagiário para preenchimento dos dados, obrigatoriedade de inscrição a novos usuários.
Água subterrânea: Organizar os dados existentes e fazer sua consistência. Visão separada de aquíferos e bacia.
Segurança de barragens: Contratação de técnicos para auxiliar nas vistorias.

- PR Segurança de barragens: Cadastro sendo executado na medida do possível (quadro deficiente de técnicos).
CNARH: Tivemos dificuldade devido a problemas físicos no Servidor de Dados. Já está resolvido e a integração será feita.
Sala de Situação
Água subterrânea
Conjuntura.
- RJ Água subterrânea.
Segurança de barragens.
PCDs.
Sala de Situação.
Conjuntura.
CNARH.
- RO CNARH: Reavaliação da meta para nível 2.
Segurança de barragens: Cadastro e fiscalização de barragens.
Água subterrânea: Informações disponibilizadas para o SNIRH.
Sala de Situação + PCDs: Boletins produzidos diariamente e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada.
Conjuntura: Dados disponibilizados para o relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos.
- SE PCDs - transmissão dos dados: Montar equipe de manutenção preventiva e corretiva.
Água subterrânea: Contratação de pessoal.
Sala de Situação - produção de boletins: Adotar de forma sistemática o Manual da Sala de Situação.
CNARH: contratação de pessoal.
Segurança de barragens.
Conjuntura.

Os critérios para certificação das metas de cooperação federativa estabelecidos no Contrato e nos Informes são considerados objetivos e adequados? Justifique.

- AL Sim. O conteúdo existente nos Informes é bastante claro e objetivo, permitindo que a equipe da SEMARH se planeje para desenvolver as atividades necessárias ao cumprimento das metas.
- GO Algumas das metas demandam um esforço desproporcional da estrutura da área, impossibilitando o seu atingimento.
 Algumas das metas não estavam claras e geraram dúvidas no atendimento.
 Problemas estruturais e de atribuições para o atingimento das metas. O Estado possui 37 mil processos de requerimento de Outorga, desde 1990. Para atingir a meta que foi proposta o Estado deveria parar todas as atividades e não seria possível atingir à meta proposta nos Informes.
 Problema de estrutura, capacidade técnica e clareza para a meta de Segurança de Barragem.
 Em Goiás a Sala de Situação foi articulada com entidade diversa do órgão gestor, onde a gestão dos recursos hídricos não é prioridade, e as atribuições e atendimento das demandas não são executadas de forma adequada, prejudicando o atingimento da meta.
- MT Os critérios das metas federativas colocados nos Informes têm gerado muitas dúvidas na equipe, tendo necessidade de entrar em contato com a ANA algumas vezes para dirimi-las. O texto dos Informes levou a múltiplas interpretações, o que levou a equipe a cometer erros em relação aos critérios de certificação (EX. Meta CNARH ano 2014; meta Segurança de Barragens ano 2015).
- PB São, mas podem ser mais flexíveis em alguns momentos. Pode melhorar, as exigências no cumprimento de algumas metas, tendo em vista que no caso da Paraíba, por se tratar de um estado do semiárido, a escassez hídrica impede o fornecimento de dados em alguns momentos
- PI Acredita-se que sim, uma vez que foi considerado a capacidade e o nível de cada Estado na gestão de recursos hídricos. É claro que agora, depois da experiência, o Estado conhece melhor seus entraves e as áreas que precisam melhorar. Creemos que, numa possível renovação, haverá um reajuste das metas para que elas se tornem mais tangíveis pelo Estado.

PR	Dificuldades com as mudanças estabelecidas pela ANA de um ano para outro.
RJ	Não. Apresenta conceitos, por vezes, subjetivos, muito burocrático.
RO	<p>Sim. No entanto deveria ter critérios específicos para reavaliação de meta quanto ao nível adotado inicialmente, durante a execução das ações.</p> <p>Existem metas que envolvem informações de campo antes estabelecidas, e baseando-se nestas se atribui um nível de exigência para a meta. No entanto, no momento das ações para atingir a meta constata-se que o nível assumido é incompatível com a realidade. Ex: para Rondônia assumiu-se um nível onde representava que do universo de usuários eram cadastrados mais de 20%, no entanto menos de 20% é cadastrado e não existe cadastro de infraestrutura hídrica, logo tem-se que adequar o nível.</p>
SE	Sim. De maneira geral são objetivos e adequados.

Na sua opinião o cumprimento das metas de cooperação federativa contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Por quê?

AL	Sim. Deu visibilidade na visualização e quantificação dos recursos hídricos, através do banco de dados do CNARH, bem como na segurança das informações de riscos hidrológicos, através da implantação de PCDs, dando confiabilidade nos informativos para tomada de decisões, na ocorrência de eventos extremos.
GO	<p>De forma geral sim, na medida em que o Programa chama a atenção para a gestão das águas e gera dados que podem ser utilizados pelo sistema, mas de forma geral as Metas de Cooperação Federativa não trazem grande impacto à gestão ou são diretamente significativas para o Estado, apesar de se tratarem também de atribuições dos sistemas de gestão estaduais.</p> <p>As principais contribuições das metas federativas estão relacionadas à atuação ou contribuição dos sistemas estaduais para o Sistema Nacional.</p> <p>Parte das ações acordadas / levantadas na etapa de articulação do Programa, mas que não foram incluídas como metas, não foram consolidadas ou realizadas.</p>
MT	Sem a exigência por parte da ANA para o atendimento ao Progestão algumas das metas não teriam sido implementadas no Estado a curto prazo.
PB	Com certeza, aumenta o universo de dados a ser monitorado, melhorando a gestão também das metas estaduais.
PI	Daquelas que conseguimos cumprir, sim. Por exemplo, com a adoção do CNARH, temos um controle maior das nossas outorgas, sistematizadas de uma maneira que facilitam o nosso trabalho na produção de relatórios. Outro exemplo, agora temos o conhecimento, mesmo que mínimo, das barragens em nosso Estado. Próximo passo agora é melhorar as informações e trabalhar para cumprir outras metas.
PR	Sim. Força a instituição a repensar e procurar cumprir as metas estabelecidas.
RJ	Não, mas organizou as informações.
RO	<p>As metas de cooperação contribuíram no que se refere:</p> <p>A utilização pelo estado de um cadastro de usuários, a partir do momento que adere ao Cadastro Nacional de Usuários em Recursos Hídricos (CNARH);</p> <p>Ao estabelecimento da necessidade do estado atuar no controle das águas subterrâneas;</p> <p>Ao estabelecimento anual de um panorama do conhecimento sobre a gestão das águas;</p> <p>A formação e capacitação de uma equipe técnica e de apoio logístico para instalação e manutenção de 12 Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) a um índice de Transmissão e Disponibilização de Dados Telemétricos maior que 80%;</p> <p>A disponibilização de boletins diários com as informações hidrometeorológicas para subsidiar a defesa civil estadual e outras instituições afins;</p> <p>Ao cumprimento de exigências relativas à implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), por meio de um cadastro de barragens, à classificação das barragens por categoria de risco e dano potencial e à sua fiscalização.</p>
SE	SIM. Através das metas federativas o órgão gestor estabelece diretrizes que favorecem o planejamento e execução de ações voltadas para a gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil.

Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.

- AL Início das ações de implementação da política nacional de segurança de barragens.
Melhoria na qualidade das informações hidrológicas e na disponibilização dos dados para o público.
Determinação de cota de referência para alertas hidrológicos críticos.
Conhecimento dos usuários (cadastro) no Estado.
- GO Articulação do sistema de controle dos requerimentos de outorga, que está em desenvolvimento, com o CNARH, possibilitando a validação de algumas informações.
- MT Diminuição do passivo do CNARH e atualização do banco de dados, início do processo de implementação da Segurança de Barragens no Estado, conseqüentemente trazendo transparência à gestão de recursos hídricos no Estado.
- PB Atualização e adequação do Sistema de Informação, que integrará diversas metas estaduais.
A efetivação da cobrança de água bruta. A possibilidade de atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos.
Atualização dos planos de bacias hidrográficas.
- PI Respondido na questão anterior.
- PR Cadastro de Barragens. Integração de dados com a ANA.
- RJ O principal avanço do sistema nos últimos anos foi a elaboração do PERHI mas, que não usou recursos do Progestão.
- RO A formação e capacitação de uma equipe técnica e de apoio logístico para instalação e manutenção das PCDs e a disponibilização de boletins diários com as informações hidrometeorológicas para subsidiar a defesa civil estadual e outras instituições afins.
- SE Implantação da Sala de Situação, estabelecimento do Grupo Estadual de Segurança de Barragens, adesão do estado de Sergipe no CNARH, sistematização das informações sobre recursos hídricos (barragens, águas subterrâneas, usuários etc.).

Na sua opinião qual a importância de compartilhar informações estaduais de gerenciamento de recursos hídricos para o cumprimento das metas de cooperação federativa?

- AL Seguir uma padronização de disponibilização de informações que muitas vezes não era realizada na SEMARH, com vistas ao gerenciamento adequado, não só de cadastramento como também de armazenamento, disponibilização e transmissão dos dados, ajudando nos procedimentos a serem adotados.
- GO Fortalecimento do Sistema Nacional e articulação entre os sistemas estaduais, distrital e nacional.
Aprimoramento e articulação dos instrumentos de gestão.
- MT Facilita o intercâmbio de informações entre Estados e União, bem como entre os Estados, levando a um nivelamento da gestão de recursos hídricos entre estes possibilitando a gestão integrada dos recursos hídricos pelos entes federativos.
- PB Existe um modelo definido do sistema nacional de gestão em recursos hídricos, que precisa estar em conexão ou interligado com os órgãos gestores e o compartilhamento das informações é a forma de consolidá-lo.
- PI O compartilhamento de informações é fundamental. A troca de conhecimentos e experiências com casos bem sucedidos, ajuda os demais Estados na concepção de ações semelhantes para realizar suas atividades. Como exemplo, cita-se o cadastramento de barragens realizado na Bahia e que o Estado do Piauí pensa em fazer um da mesma maneira.
- PR Importante pela integração dos dados e a visão geral da situação do País.
- RJ Total. O compartilhamento de informação gera melhor gestão.
- RO O compartilhamento das informações de gerenciamento de recursos hídricos tem como objetivo principal a superação de desafios comuns visando:
A promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos, que estabeleça uma efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, nas esferas nacional e estadual.
O fortalecimento do modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.

O estabelecimento de um nível mínimo de consistência e eficiência operacional para alcançar os amplos objetivos da política, de forma continuada e com menores custos para a sociedade.

SE É uma forma inteligente adotada pela ANA de sistematizar de forma integrada e padronizada as informações e os procedimentos relevantes à gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Roteiro 3: METAS ESTADUAIS

Dentre os blocos das metas estaduais (Legais, institucionais e de articulação social (LIAS); Planejamento; Informação e suporte e Operacionais) elencar, em ordem decrescente de intensidade, aquelas consideradas de maior desafio para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

AL LIAS: Concurso público, agência, atualização do marco legal, rever composição do CERH, calendário anual, capacitar conselheiros e membros dos comitês de bacias, incentivo aos órgãos públicos e criação de câmaras técnicas.

Operacionais: Aumentar equipe responsável pela outorga e fiscalização, implementação de sistema de suporte a decisão para avaliação dos processos de outorgas, gestão do Canal do Sertão, manutenção de equipe da sala de situação, ampliar parceria com Defesa Civil.

Informação e suporte: Criação da agência para gestão dos recursos hídricos, estruturação do PNOA/QUALIÁGUA, ampliar parceria com IMA.

Planejamento: Modelo digital de terreno (MDT), revisão de Planos diretores de bacias hidrográficas, implementar PERH.

GO Planejamento: Plano Estadual foi concluído em Outubro/2015. A questão a ser enfrentada agora é a elaboração dos Planos de Bacia em 5 Bacias, onde existem CBHs instalados. Possibilidade de articulação com a ANA e uso de recursos do Progestão.

Operacionais: Operacionalizar os instrumentos de gestão: sistema de outorga, outorga de efluentes, fiscalização e apoio aos CBHs. Estamos desenvolvendo um sistema de outorga adequado à gestão das águas, organização e definição dos procedimentos para a outorga de efluentes, e contratação de apoio aos CBHs, visando seu fortalecimento e elaboração dos Planos de Bacia.

Informação e suporte.

LIAS.

MT Operacionais: Instituir a cobrança, recriar o FEHIDRO, aprimorar a fiscalização através da capacitação e encontrar mecanismos para garantir a sustentabilidade do sistema de recursos hídricos.

Planejamento: Busca de recursos financeiros para aporte em variáveis que necessitam de grandes valores (planos, enquadramento, etc.).

LIAS: Articulação com outras entidades para a implementação de variáveis que não dependem diretamente da SEMA/MT (Comitês, Agências de bacia, etc.).

Informação e suporte: Aprimoramento das variáveis (atualizar base cartográfica, ampliar o monitoramento hidrológico de quantidade e qualidade, etc.).

PB Informação e suporte: Agilizar o processo de contratação de consultorias para o desenvolvimento das mesmas.

Operacionais: Agilizar o encaminhamento dos processos.

Planejamento: Melhorar a comunicação entre os atores envolvidos no processo.

LIAS: Agilizar o processo de encaminhamento das metas.

PI LIAS: Manter as reuniões mínimas do CERH. Publicar informes no site, publicação dos boletins.

Planejamento: Parar, sentar e pensar.

Informação e suporte: Conseguir recursos para desenvolvimento do setor.

Operacionais: Contratação de técnicos.

PR Planejamento: Planejamento Estratégico Institucional: Deficiência de conhecimento do corpo técnico nesse tema. Número de Planos de Bacia aprovados: Há necessidade de contratação de pessoal para acompanhar a elaboração dos Planos.

Informação e suporte: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

RJ Informação e suporte.

Planejamento.

LIAS.

RO Informação e suporte: Reavaliação da meta 3.2 de cadastro.

Planejamento: Reavaliação da meta 2.1 de balanço hídrico.

SE LIAS: Criação de um órgão gestor independente e com maior autonomia operacional.

Operacionais: Contratação de pessoal.

Informação e suporte: Consolidar a rede hidrometeorológica e de qualidade das águas, além de implantar o cadastro da Bacia Hidrográfica do rio Sergipe através do Programa Águas de Sergipe.

Planejamento: Implantação das ações previstas no Programa Águas de Sergipe.

Na sua opinião, os membros do CERH são suficientemente esclarecidos sobre os procedimentos do Programa, incluindo seu papel na certificação do alcance das metas estaduais?

AL Não.

GO Com a reestruturação do CERHi é necessário um novo processo de articulação e envolvimento dos membros do Conselho. Os membros que já participavam têm um bom envolvimento com a avaliação e acompanhamento do Programa.

MT Sim.

PB Desde o início do programa o CERH recebeu os esclarecimentos necessários para o devido acompanhamento no cumprimento das metas. O sucesso do Progestão na Paraíba dá-se pela cumplicidade do órgão gestor e o CERH na sua execução.

PI Sempre que possível, tentamos marcar reuniões para tratar exclusivamente do Progestão, mas nem sempre temos obtido sucesso.

PR Sim.

RJ Sim.

RO Ainda falta repasse de informações mais detalhada, ou uma capacitação sobre os procedimentos do Programa: qual é a tarefa do órgão gestor e do CRH/RO.

SE De forma geral são esclarecidos, no entanto carece de um maior interesse no acompanhamento sistemático das metas.

Quais procedimentos o estado vem adotando para que o CERH tenha acesso a informações gerais sobre o Programa?

AL Foi criada uma comissão para acompanhamento da execução das metas estaduais, como também da aplicação dos recursos do Progestão repassados pela ANA.

GO Apresentação constante dos dados e informações do Programa, necessidades do Sistema de Gestão de recursos hídricos, apresentação do planejamento e dos relatórios de atividade e avaliação da área.

MT Em cada período de certificação é feita uma apresentação aos conselheiros lembrando-os do papel do CERH no processo, bem como as diferentes metas a serem atendidas e, durante o ano são informados do andamento do cumprimento das metas acordadas.

PB O Estado tem um calendário de reuniões com o CERH, além de contatos institucionais permanentes com membros do Conselho.

PI As informações sobre o programa são repassadas através das reuniões, o que não tem se mostrado efetivo, dado ao espaço entre as reuniões. Estamos providenciando para que todas as informações relevantes estejam disponíveis na página da SEMAR.

PR Informes nas reuniões do Conselho.

RJ Aprovação do relatório do Progestão.

Acompanhamento dos projetos aprovados com esses recursos.

RO Encaminhamento de e-mails para todos os conselheiros, de todos os assuntos relacionados ao Progestão.

SE Através de reuniões ordinárias e extraordinárias, onde é apresentada a execução das ações e metas.

Estes procedimentos vêm se mostrando adequados? Justifique.

- AL Não. Existe uma certa dificuldade de programação de reunião do CERH, e quando essas ocorrem apresentam problemas de quórum.
- GO Sim, mas precisa ser reforçado em função da reestruturação do Conselho. É necessário um maior envolvimento das instituições, dando maior visibilidade à gestão de forma geral.
- MT Sim, visto que eles têm ciência das metas a serem atendidas e do andamento das mesmas. Desta forma podem certificar ou não o seu cumprimento.
- PB Estão sendo aperfeiçoados em função do interesse do CERH na busca por informações. Consideramos um processo em evolução.
- PI Não, no entanto, com a disponibilização das informações na página da SEMAR, acreditamos que a participação do CERH será mais efetiva.
- PR Sim. Eventuais dúvidas são sanadas durante as reuniões do Conselho.
- RJ Não adequados, mas suficientes. É importante melhorar o diálogo com o CERH e a comunicação.
- RO Ainda não são totalmente adequados, periodicamente deveriam reunir para terem um esclarecimento maior, mais detalhado sobre o andamento do Programa.
- SE De forma geral SIM, todavia sugere-se uma maior publicidade do andamento das metas, talvez através de site específico na Internet.

Na sua opinião, as metas estaduais classificadas como obrigatórias são apropriadas para sua tipologia de gestão? Há alguma sugestão de alteração?

- AL Não. Como já discutido em reuniões com o CERH, onde foi criada uma comissão de acompanhamento da execução do Progestão, a mesma propõe mudanças nas metas estaduais, embora exista conflitos com a tipologia (B) em que o Estado foi enquadrado. Por exemplo, tornar a variável 1.6 (Comitês de Bacias e Órgãos Colegiados) como sendo variável obrigatória e nível acima de 2.
- GO As metas estaduais são adequadas e minimamente necessárias à tipologia e exigências da gestão de recursos hídricos.
Outorga de efluentes é um complicador, pois depende da evolução dos instrumentos, além de não estar consolidada, e das dificuldades de articulação com a área ambiental.
- MT Estão adequadas para a realidade do estado de complexidade de gestão média e estrutura institucional intermediária.
- PB Para a tipologia sim, mas tem algumas metas estaduais que poderiam ser revistas, a exemplo do plano de comunicação, uma vez que no caso da Paraíba o órgão gestor possui um meio de comunicação próprio, e disponível a toda a sociedade.
- PI Consideramos que são muitas as metas estaduais e com o reduzido corpo técnico fica difícil se conferir a atenção merecida. Por isso, tentamos sempre cumprir metas definidas como prioritárias no âmbito da SEMAR.
- PR Nas variáveis legais, institucionais e de articulação social, entendemos que deveria ser obrigatório a existência de alguns Comitês de Bacia.
- RJ Deveriam ser alteradas diante da realidade de cada estado.
- RO As metas são apropriadas, não ocorrendo sugestão de alteração.
- SE Sim. Sem sugestões.

Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Justifique.

- AL** Pode-se afirmar que os principais avanços obtidos dizem respeito ao atendimento das Metas Federativas, uma vez que estas correlacionam-se com as Metas Estaduais e melhoram a gestão dos recursos hídricos.
Justificativa: Não houve evolução significativa no nível de atendimento das Metas Estaduais.
- GO** Sistema de Outorga (ISO 9001). Plano Estadual de Recursos Hídricos. Instalação e estruturação dos Comitês.
- MT** O Estado conseguiu manter as variáveis já atingidas anteriormente, porém não houve nenhum avanço em relação às mesmas.
Justificativa: Baixa previsão orçamentária / financeira para ampliação das variáveis estaduais. Equipe técnica hoje não suficiente para atender a demanda.
Falta de priorização da Política de Recursos Hídricos na esfera política.
- PB** Criação de boletim diário de monitoramento hidroclimático.
Capacitação técnica em segurança de barragem e mobilização social.
A gestão dos recursos hídricos de forma integrada.
Cadastro de barragens estaduais.
Sem a obrigatoriedade do cumprimento das metas estaduais, o órgão gestor não teria a disponibilidade de realização destas ações.
- PI** Mudança e atualização na legislação, ainda que não suficiente, por meio de portarias e decretos.
- PR** O Paraná teve um avanço significativo no atendimento das variáveis de enquadramento e cobrança.
Justificativa: Metodologia de enquadramento mais detalhada e discussões públicas (imprensa e audiências). Quanto à cobrança, foi aprovada na última reunião do CERH/PR o Manual de aplicação dos recursos da cobrança, e ainda este ano, o COALIAR irá discutir o Edital de Chamamento.
- RJ** O PERHI na gestão do estado, mas o cumprimento dessa meta não dependeu do Progestão.
- RO** Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
Base Cartográfica.
Justificativa: As reuniões periódicas do CRH/RO. A elaboração da base cartográfica do Estado de Rondônia, sob a coordenação do Exército Brasileiro.
- SE** Os avanços foram significativos na área técnica, especialmente referente aos instrumentos de gestão e de planejamento do órgão gestor.
Justificativa: Conclusão dos Planos das Bacias Hidrográficas Estaduais. Continuidade do monitoramento da rede hidrometeorológica e de qualidade das águas.
Evidenciou a necessidade da criação do órgão gestor de recursos hídricos independente e estruturado.

Na sua opinião, o cumprimento de metas estaduais contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado? Exemplifique.

- AL** Sim. Contratação da equipe da sala de alerta para gestão e controle de eventos críticos.
Contratação da equipe para coordenação institucional do Progestão visando garantir a execução das metas, principalmente as de âmbito federativa, por exemplo, avaliação quanto aos aspectos de segurança de barragens cadastradas, conhecimento dos usuários de recursos hídricos no Estado através do CNARH.
- GO** As metas estaduais estão ligadas à execução das atribuições da gestão estadual, sistema e instrumentos, conseqüentemente, o cumprimento destas representa diretamente a evolução do Sistema Estadual.
Parte das ações acordadas / levantadas na etapa de articulação do Programa, mas que não foram incluídas como metas, não foram consolidadas ou realizadas.
Mudança no Sistema de controle dos Processos: de parte do "Sistema de Licenciamento Ambiental" para o Sistema de Outorga, adequado e com as informações e critérios necessários à gestão, em desenvolvimento.
Apoio à elaboração dos Planos de Recursos Hídricos nas Bacias.
Apoio à instalação e funcionamento dos Comitês.
- MT** Não houve avanço nas metas estaduais tendo em vista a necessidade de atendimento das metas federativas pela equipe reduzida e pela grande necessidade de investimento financeiro para ampliar as metas estaduais.
- PB** Com certeza, aumenta o universo de dados a ser monitorado, melhorando a gestão estadual de recursos hídricos.
Atualização e adequação do Sistema de Informação, que integrará diversas metas estaduais.
A efetivação da cobrança de água bruta.
A possibilidade de atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Atualização dos planos de bacias hidrográficas.
- PI** Sim, são de suma importância, as metas federativas são mais amplas enquanto que as metas estaduais retratam melhor a realidade do Estado quanto à gestão de recursos hídricos e no que se precisa avançar.
Atualização da legislação, maior integração dos organismos gestores e consultivos de recursos hídricos estaduais, divulgação de informações na página da SEMAR, implementação do cadastro de usuários de recursos hídricos.
- PR** Sim. Segurança de Barragens. Informações sobre águas subterrâneas. Dados de monitoramento de recursos hídricos.
- RJ** Contribuiu com a melhoria da transparência e o aumento do diálogo.
- RO** Sim contribuiu no que se refere:
A organização institucional do modelo de gestão.
As reuniões periódicas do CRH/RO.
A institucionalização de 5 comitês de bacia hidrográfica.
A capacitação setorial dos técnicos do órgão gestor e do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.
A atualização da base cartográfica do Estado de Rondônia.
Ao uso sistemático do cadastro nacional de usuários de recursos hídricos.
A organização da sustentabilidade financeira do sistema de gestão, no funcionamento do fundo estadual de recursos hídricos.
- SE** Sim. O Progestão contribuiu para uma maior inserção no planejamento do órgão gestor dos instrumentos técnicos e operacionais referentes à gestão dos recursos hídricos em Sergipe.
Ficaram identificadas com maior clareza as fragilidades do Estado frente às necessidades inerentes à gestão dos recursos hídricos.

Roteiro 4: CONTRIBUIÇÕES PARA CONTINUIDADE DO PROGRAMA.

Seu Estado traz alguma proposta/sugestão para uma possível renovação do contrato do Progestão?

- AL** A amplificação de Metas Federativas, uma vez que estas são acompanhadas de perto pela ANA, ajudaria o Estado na melhoria da gestão dos recursos hídricos.
Em função das dificuldades financeiras, o Estado não viabiliza a execução de concurso público, não aprova a criação da agência gestora de recursos hídricos e devido à deficiência de pessoal qualificado para execução dos objetivos das metas federativas e estaduais, a renovação do contrato do Progestão é de suma importância para garantir a continuidade do atendimento das metas federativas, como também da avaliação das variáveis constantes nas metas estaduais.
- GO** Discussão e articulação das metas Federativas a serem cumpridas.
Articulação e exemplificar formas e resultados da aplicação.
Articulação e efetivação de ações que beneficiem o Sistema como um todo (estaduais e nacional).
Efetivação do Programa de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas.
Fortalecimento e ampliação dos Componentes de Capacitação e Difusão de Informações.
Interação do corpo jurídico da ANA com os dos Estados (curso de integração / capacitação de jurídicos).
- MT** Estabelecer maior equilíbrio entre as metas federativas e estaduais, considerando as limitações dos Estados.
- PB** O Estado da Paraíba está na região do semiárido com diferenças consideráveis de estados hidrológicos e climatológicos. A gestão dos seus recursos hídricos é por natureza muito complexa o que exige do órgão gestor a difícil missão de estar atualizado suas informações que são a base para uma boa gestão.
O Progestão deve ser PERMANENTE, o mesmo une no organograma do sistema de gestão, os entes em âmbito federal e estadual, dando ao órgão gestor as condições de promover o gerenciamento eficiente das águas do Estado da Paraíba.
- PI** A SEMAR entende que as linhas de atuação do programa quanto à contratação de técnicos especialistas, capacitação, compra de equipamentos, implementação de políticas de gestão de recursos hídricos atende às necessidades do Estado.
- PR** Estabelecer metas que incentivem a renovação dos quadros técnicos dos órgãos gestores.
- RJ** Sim.
Elaborar programa mais adequado aos desafios institucionais de cada estado, devendo as metas serem acordadas entre estado ANA e CERHI-RJ de acordo com a realidade local;
Menos metas, mais audaciosas e objetivas;
Sistema de verificação menos burocrático.
- RO** O Progestão – considerado como um programa estruturante – possibilita aos Estados o ordenamento, padronização e gestão dos recursos hídricos de modo uniforme pelos entes federativos. No entanto, atualmente, as diversidades climáticas, físicas e socioeconômicas levam a um diferencial entre eles muitas vezes bem evidente, no tocante a gestão de recursos hídricos, pois existem aqueles que utilizam metodologias adequadas e definidas na gestão; por outro lado aqueles não estruturados no sentido de gestão e que não detêm metodologias e controle das informações referentes à gestão do Estado, necessitam de um tempo diferenciado para chegar ao estado ótimo. Portanto a continuidade do Programa levará a uma consolidação, dos que apresentam gestão estruturada, e de uma evolução nos que estão em fase de estruturação e adequações; o que é de suma importância para cumprir com os objetivos a que se propõe o Programa.
- SE** Necessidade de inserir metas administrativas e financeiras em relação ao gasto adequado dos recursos repassados pela ANA.